

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PA Nº 2021/06616

Aditivo nº 14/2023-AS

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 19/22-S QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO E A PREMIER LOGISTICS GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13100722/0001-60, com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia - CAB, representado pelo seu Presidente, Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO, e, do outro lado, A PREMIER LOGISTICS GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº.10.592109/0001-19, situada à Avenida Luis Viana, nº 13.223 – sala 716/720 – Hangar Business Park, Torre 7 – 7º andar - São Cristovão, Salvador/Bahia, CEP. 41.500-300, doravante designada simplesmente CONTRATADA, representada por MARCOS LEONARDO MOTA LEAL SALES, inscrito no CPF/MF sob nº 788.168.825-49, doravante designada simplesmente CONTRATADA, resolvem, tendo em vista o constante do PA nº 2021/06616, resolvem, aditar o contrato de prestação de serviços Nº 19/2022-S e aditivo nº 151/22-AS, que tem como objeto a prestação de serviços de natureza continuada de Recepcionista nível IV e Assistente Operacional Administrativo, níveis I e II, a serem prestados conforme quantidades estimadas e especificações descritas neste Termo de Referência, nas dependências da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização - SETIM, com arrimo nas normas pertinentes da Lei Estadual nº 9.433/05 e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis, ajustando e reciprocamente aceitando as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A vigência do contrato nº 19/22-S fica prorrogada pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 22 de março de 2023, e término em 21 de março de 2024, com base no art. 140, II, da Lei estadual nº 9.433/05.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PA Nº 2021/06616

Parágrafo único: O CONTRATANTE ao longo da vigência do aditivo poderá rescindilo conforme disposto nos arts. 168, da Lei nº 9.433/2005, motivadamente, desde que seja a CONTRATADA notificada, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor mensal é de R\$ 46.641,40 (quarenta e seis mil e seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos), e o valor de R\$ 559.696,77 (quinhentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e noventa e seis reais e setenta e sete centavos) que será atendido, no presente exercício, através da Unidade Orçamentária 2.04.601, Unidade Gestora 0004-SETIM, Atividade 2002/2034/2035, Elemento de Despesa 3.3.90.37, Subelemento 37.04 e Fonte fls. 1849.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ratificam-se as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente instrumento, o qual, devidamente assinado pelas partes e testemunhas, em 02 (duas) vias, passa a integrar o contrato original.

Salvador, em de de 2023.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO Presidente

CONTRATADA: PREMIER LOGISTICS GESTÃO EMPRESARIAL LTDA MARCOS LEONARDO MOTA LEAL SALES CPF. 788.168.825-49

TESTEMUNHAS:	
Nome:	Nome:
CPF n°	CPF n°

